

JOSÉ SARNEY FILHO

Como anda nossa Amazônia



Urge alterar o modelo em vigor, de alto impacto ambiental e baixo retorno social

Na semana passada foram divulgados pelo Inpe os novos dados do desflorestamento da Amazônia. Os números consolidados de 1998 confirmaram a estimativa que, há um ano, já apontava para o aumento de cerca de 30% na taxa de desflorestamento, quando comparada a 1997. Também foi divulgada a estimativa da taxa de 1999, que especialmente interessa ao meu ministério por refletir o primeiro ano de minha gestão.

Há um ano, nos primeiros dias à frente do ministério, ao deparar com os dados alarmantes de 1998 anunciados, determinei a suspensão das licenças para desmatamento já concedidas e a proibição da concessão de novas licenças, até que os setores envolvidos firmassem conosco o compromisso da revisão de suas atividades, pela construção conjunta de agendas positivas para a região. Também foi desencadeada a maior operação de legalização e de fiscalização ambiental até hoje realizada na Amazônia – a campanha Amazônia Fique Legal, da qual também participaram as Forças Armadas. A operação resultou num aumento de 144% no total das multas aplicadas pelo Ibama na região, quando comparado a 1998. A partir de setembro, com a regulamentação da Lei de Crimes Ambientais, também passamos a contar com a possibilidade da aplicação de multas significativas para discussão das atividades degradadoras da floresta.

Ao mesmo tempo, estivemos negociando medidas com os outros setores do governo, que visam a desestimular práticas econômicas nocivas à integridade da floresta. Conseguimos fechar como posição do governo a manutenção de 80% de reserva legal para as propriedades na Amazônia, na revisão

do Código Florestal em andamento no Congresso, e acertamos com o Ministério do Planejamento a contratação de um estudo dos impactos socioambientais agregados aos empreendimentos previstos para a Amazônia no Avança Brasil, de modo que possam ser revistos e reformulados.

Passado um ano e à vista dos novos dados divulgados pelo Inpe, temos a seguinte avaliação a fazer: a estimativa de 16.926 km² desflorestados em 1999, embora um pouco menor que a área desflorestada em 1998 (17.383 km²), continua sendo inadmissível para a sustentabilidade ambiental da região, visto que já atingimos 14% da Amazônia desde o começo de sua ocupação. Sentimos, no entanto, aliviados pelo fato de termos conseguido estancar a tendência de alta que se anunciava e recuperar a tendência de queda que já vinha desde a divulgação dos dados de 1995/96. E também por termos conseguido, pela prevenção e fiscalização das queimadas, uma redução de 20,2% nos focos de calor na região, o que diminuiu, em 1999, a probabilidade de incêndios, como os que ocorre-

ram em 1998. A conclusão, no entanto, é que todos os nossos esforços recentes têm sido ainda insuficientes para a reversão do quadro de degradação da floresta que pretendemos alcançar.

Para este ano esperamos melhorar os índices e para tanto reforçamos nossa política para a região. A campanha Amazônia Fique Legal, por exemplo, já está em andamento desde janeiro, ao contrário de 1999, quando começou apenas em agosto, pela demora na liberação dos recursos necessários. Contávamos então com apenas R\$ 10 milhões e com 150 fiscais em campo. Hoje, nosso orçamento para a campanha é de R\$ 27 milhões e, adicionado o efetivo disponibilizado pelos Estados, contamos com 700 homens em campo. Já acordamos com o presidente a convocação de concurso público para fiscal do Ibama, o que vai reforçar nosso quadro de pessoal. As agendas positivas construídas em cada Estado da Amazônia abrangem cada vez mais setores interessados na mudança do modelo de exploração dos recursos naturais da floresta, que passa a contar com o critério da sustentabilidade ambiental. A disposição dos ânimos do setor produtivo e dos governos estaduais e municipais da região é bastante diferente daquele que inicialmente enfrentamos, quando da proibição total do desmatamento que determinamos há um

ano. A consciência cresce entre os que se sustentam da floresta e esse é o melhor ganho que poderíamos acumular. Também esperamos resultados positivos da decisão acertada com o Incri de não mais estabelecer assentamentos em florestas primárias na Amazônia, a partir de janeiro deste ano.

Alertamos, todavia, que este é um ano eleitoral e, por tradição, em épocas de campanha a abertura de estradas de acesso e outros empreendimentos impactantes têm sido usados para a captura dos votos na região. Esse será um fator negativo que teremos de enfrentar na busca pela melhoria dos índices.

O fato é que consideramos estar no caminho certo para a reversão do quadro de devastação na Amazônia. Continuaremos a agir em três vertentes: fortalecimento da fiscalização; construção de agendas positivas com os setores produtivos e envolvidos, pelo oferecimento de alternativas econômicas sustentáveis; e atuação, junto aos outros setores do governo, em busca da substituição de políticas públicas ambientalmente impacientes por outras baseadas na sustentabilidade social e ambiental. Para tanto, de nossa parte, estamos salpicando a região com projetos demonstrativos de alternativas econômicas sustentáveis ao lado de projetos de maior envergadura, como o Proecotur, que prepara a região para o ecoturismo, atividade das mais rentáveis e sustentáveis que deve lá instalar-se.

Nosso objetivo é alterar radicalmente o modelo, que se tem perpetuado desde o início da ocupação da Amazônia, de alto impacto ambiental e de baixo retorno social. Dele colhemos apenas a destruição de nossa biodiversidade, a concentração de renda e a expansão da miséria. A Amazônia não pode mais esperar pela redenção que, enfim, lhe traga a conservação e o bom uso de seus recursos naturais e qualidade de vida para sua população.

